



## **OS JORNAIS *O ESTADO DE SÃO PAULO* E *FOLHA DE SÃO PAULO* DIANTE DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1964)**

**ISMARA IZEPE DE SOUZA**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

**RESUMO:** Este artigo tem como proposta analisar a forma pela qual os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo* avaliaram a Política Externa Independente - PEI (1961-1964). Considerada um ponto de inflexão nas ações exteriores do Brasil, a PEI, atrelada ao projeto nacional-desenvolvimentista, foi inaugurada pelo governo Jânio Quadros e manteve suas linhas mestras durante o governo subsequente. A imprensa nacional, que, em sua maioria, corroborava as opiniões e conduta dos setores mais inclinados à direita do espectro político, realizou diversas críticas ao projeto e ações de inserção internacional efetivados nesse período. Demonstraremos que os dois jornais mencionados acima contribuíram para as visões maniqueístas acerca da política externa formulada e implementada nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, reforçando a partir de um discurso anticomunista os elementos que justificaram o golpe civil-militar de 1964.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Externa Independente; Imprensa; Ministério das Relações Exteriores.

## **THE NEWSPAPER *O ESTADO DE SÃO PAULO* AND *FOLHA DE SÃO PAULO* ON THE INDEPENDENT FOREIGN POLICY (1961-1964)**

**ABSTRACT:** This article has as its main purpose to analyze the way by which the daily papers *O Estado de S. Paulo* (OESP) and *Folha de São Paulo* (FSP), important means of communication in Brazil, published some news concerning the so called Independent Foreign Policy – PEI (1961-1964). Regarded as an inflection point in Brazil foreign actions, PEI linked to the developmental-national project received severe reviews from the referred daily papers, which corroborated to the opinions and the conducts of the sectors more inclined to the right wing political spectrum. We want to demonstrate that OESP and FSP, as from an anti-communist discourse, contributed to stereotyped views about foreign policy formulated during Jânio Quadros government, and implemented later on by João Goulart government, being one of the elements that justified the civil-military stroke in 1964.

**KEYWORDS:** Independent Foreign Policy, Press, Ministry of Foreign Affairs.



## 1. Introdução

Em 2014, quando atos e solenidades foram realizados em lembrança aos 50 anos do golpe civil-militar, presenciou-se o recrudescimento de referências à experiência social e política dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). A historiografia brasileira, desde a redemocratização do país, na década de 1980, têm procurado lançar luzes a esse período, marcado por um processo de intensa mobilização política e social. No início da década de 1960, como em poucos momentos da história brasileira, a sociedade civil promoveu uma ampla discussão sobre os rumos que deveriam ser traçados para se alcançar o desenvolvimento. O lançamento de uma política externa ousada, denominada Política Externa Independente (PEI), contribuiu para inflamar tais discussões, despertando a mobilização da opinião pública acerca de como o país deveria se inserir no sistema internacional.

Partindo dessas afirmações, o objetivo deste texto é tecer considerações sobre a forma pela qual os jornais *O Estado de S. Paulo* (*OESP*) e *Folha de S. Paulo* (*FSP*) avaliaram a chamada Política Externa Independente (1961-1964). A opção pelos dois jornais deu-se em função da importância que detinham na formação da opinião pública paulista. *OESP*, um dos jornais mais antigos do país, possuía capilaridade nacional, tendo se destacado como protagonista no campo da vinculação entre imprensa e política. Já a *FSP*, nesse período, passou por intensa modernização e aumento de tiragem, consolidando seu perfil de jornal que se autodenomina, ainda hoje, porta-voz das classes médias brasileiras.

Analisaremos especialmente os editoriais que tiveram como tema episódios específicos da PEI. A opção pelas fontes editoriais se justifica na medida em que, através delas, é possível capturarmos, com maior clareza, o perfil dos jornais enquanto agentes políticos. Com o intuito de melhor apresentar nossas reflexões, dividimos o texto em três partes. Na primeira, analisaremos os aspectos políticos e sociais que marcaram os governos de Jânio Quadros e João Goulart, além de caracterizar a Política Externa Independente e suas implicações em âmbito interno. A interação entre política externa e opinião pública será abordada na segunda parte,



onde demonstraremos a especificidade dessa relação no início da década de 1960. Também ressaltaremos a trajetória dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* enquanto veículos de divulgação das ideias liberais. Na terceira e última parte analisaremos a postura dos referidos jornais na abordagem da política externa brasileira, especialmente em momentos nos quais o discurso de caráter anticomunista se evidenciou. O combate à PEI pode ser claramente identificado na forma pela qual esses jornais avaliaram a condecoração de Che Guevara, o restabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com a URSS e o posicionamento brasileiro frente à questão cubana junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Esses dois últimos eventos correspondem ao período parlamentarista do governo de João Goulart, no qual San Tiago Dantas, um dos mais intelectualizados expoentes da política nacional, esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores.

## **2. A Política Externa Independente nos Governos Jânio Quadros e João Goulart**

No Brasil, o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) deixou um legado que mesclou o otimismo frente ao projeto de modernização do país e a constatação de sérios problemas econômicos e sociais. Brasília, a cidade moderna que consubstanciou o sonho de progresso fora concluída e, em 1961, Jânio Quadros foi o primeiro presidente a tomar posse na nova capital. A realização de eleições, e a transferência de um governo eleito por voto direto para outro que tivera anuência popular, não são fatores suficientes para considerar que o país vivenciava a plenitude de suas instituições democráticas.

Na crise que desencadeou o suicídio de Vargas, nas sucessivas revoltas militares que Juscelino Kubitschek enfrentou e em 1961, quando parte das elites políticas não desejaram o cumprimento da legalidade, constatam-se tentativas de intervenção autoritária. O fracasso das mesmas pode ser atribuído a diversos fatores, mas devem-se destacar as debilidades internas das Forças Armadas, dada



à resistência dos grupos identificados com o nacionalismo e com a defesa do Estado Democrático de Direito (MARTINS FILHO, 2013, p.103).

No final da década de 1950 uma nova liderança se destacou na cena política: Jânio Quadros. O então governador do Estado de São Paulo percorreu uma trajetória política meteórica. Durante a campanha presidencial, em 1960, na ausência de uma plataforma com parâmetros definidos lançou mão de frases de efeito, angariando simpatias graças a sua personalidade extravagante. Venceu as eleições após ter mobilizado o país em torno do combate à corrupção. Quadros governou sem uma base política que lhe desse respaldo, perdendo rapidamente o apoio que tivera da União Democrática Nacional (UDN). Em 24 de agosto de 1961, provavelmente no intento de conseguir ampliar seus poderes, Jânio apostou na renúncia e perdeu, uma vez que o Congresso Nacional rapidamente aceitou seu pedido, tendo as discussões se voltado à viabilidade da posse de seu vice, João Goulart.

A curta gestão de Quadros, de apenas sete meses, não foi marcada por nenhuma decisão interna de impacto, mas no campo da política externa houve tempo para inovações e gestos surpreendentes. A importância que as relações exteriores adquiriram durante esse governo pode ser atestada nos manuais de história: em nenhum outro período a política externa é retratada com tanto destaque. A Política Externa Independente, lançada pelo Presidente Jânio Quadros em 1961, baseou-se na ideia de que as ações do Brasil no cenário internacional deveriam ser encaminhadas a partir dos princípios de autonomia e universalização. Ao se beneficiar pelos fatores conjunturais do sistema internacional, como a ação dos países em desenvolvimento em torno de uma ação política contestatória, a PEI almejava concretizar as parcerias alternativas ao alinhamento preferencial com os Estados Unidos.

No início da década de 1960, o conceito de autonomia decisória no campo das relações exteriores foi reforçado, ganhando forte dimensão política. Nos anos 50, segundo Saraiva, a intelectualidade brasileira já estava atenta a essa questão, sendo a PEI, “um laboratório particular de emanações discursivas em torno do conceito de autonomia em política externa” (2014, p. 30).



A PEI também pode ser entendida como um aprofundamento da barganha nacionalista de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Sua base interna, segundo Vizentini, estaria ancorada no crescimento da sociedade brasileira e nas necessidades econômicas de ampliar o mercado externo (2004, p. 24). Dentre os objetivos dessa política externa estava a ampliação das relações econômicas com o mundo, sem que as questões de ordem ideológica pudessem influenciá-la. Procurando quebrar os enquadramentos criados pela Guerra-Fria, Jânio ressaltou que sua política externa reforçaria a solidariedade com os países em desenvolvimento. Deu atenção especial àqueles que emergiam do processo de descolonização, adotando uma postura anticolonialista e uma percepção positiva do papel do continente africano na ordem internacional. Saraiva considera que a política africana do Brasil nasceu nesse período, no qual a dimensão comercial se aliou a uma justificativa de proximidade baseada na história e cultura comuns (1996). Houve a ampliação do número de embaixadas brasileiras na África, e a criação de uma divisão africana interna no Itamaraty.

A defesa da formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico constituiu-se num dos pilares dessa nova proposta de inserção internacional, suscitando debates sobre qual seria a dose ideal de autonomia brasileira em relação aos Estados Unidos. Como sua política doméstica especialmente do ponto de vista econômico fora conservadora, no espectro externo, o governo de Quadros teve condições de encaminhar propostas consideradas de esquerda. A iniciativa de desenvolver essa política externa tinha como contraponto a nomeação de Afonso Arinos para o Itamaraty, um mineiro antigetulista da União Democrática Nacional, que não despertava receios nos setores à direita do espectro político (VIZENTINI, 2004, p. 150).

A renúncia de Jânio Quadros deparou-se com a resistência das Forças Armadas em aceitar que a ordem constitucional fosse respeitada. Pairava sobre o vice-presidente suspeitas advindas de seu histórico de comprometimento com o trabalhismo. Figura de destaque do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), João Goulart, também chamado de Jango, foi nomeado ministro do Trabalho durante o segundo Governo Vargas e eleito vice-presidente em 1955 e 1960.



Em setembro de 1961, após a malfadada tentativa de golpe militar que encontrou resistência enfática na Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola, os grupos políticos de esquerda e direita adotaram uma “solução de compromisso”: o estabelecimento do parlamentarismo, que garantia a posse de João Goulart, mas retirava-lhe parte dos poderes. Com o parlamentarismo, houve alteração no processo decisório e Francisco Clemente de San Tiago Dantas foi indicado para liderar o Ministério das Relações Exteriores.

A defesa de uma postura liberta do maniqueísmo leste-oeste foi realizada pelo Brasil na tribuna das Nações Unidas, durante os três anos de vigência da PEI. Em 1963, obedecendo à tradição brasileira de inaugurar os trabalhos da Assembleia Geral com um discurso, Araújo Castro apresentou a tríade que ficou conhecida como a dos 3 Ds: desarmamento, descolonização e desenvolvimento. Castro defendeu a retirada da bipolaridade como parâmetro das discussões naquele fórum, e procurou evidenciar que as afinidades e reivindicações comuns às nações subdesenvolvidas deveriam se sobrepôr a uma visão ideológica do mundo e aos interesses das grandes potências (Castro, 1963 *apud* CORRÊA, 2007, p. 173). Passados mais de 50 anos, essa fala é lembrada pela diplomacia brasileira como um exemplo de atitude altiva do Brasil frente aos desafios internacionais.

Considerada um momento de alteração de paradigma da inserção internacional do Brasil, a PEI exaltou a importância de manter certa independência de comportamento em relação à potência hegemônica. Durante o Governo de João Goulart, a política externa esteve em consonância com os projetos de política interna. Isso, na perspectiva da oposição, reforçava o caráter esquerdista desse governo (VIZENTINI, 2004, p. 176).

As estratégias de inserção internacional pensadas no início da década de 1960 inauguraram com veemência o caráter universalista da política exterior brasileira, pautada pela minimização do caráter ideológico de suas ações. Num momento de acirramento das divergências políticas internas, as ações levadas adiante pelo Itamaraty foram confundidas com a adesão a um paradigma antiamericanista de projeção internacional. A dicotomia globalismo X americanismo esteve presente nas discussões travadas pelos atores políticos do país em vários



momentos da história brasileira. Enquanto o americanismo é definido como o paradigma que eleva os Estados Unidos ao eixo principal ao qual deve girar a política externa brasileira, o globalismo defende a diversificação de nossas relações como condição para o aumento do poder de barganha do Brasil no mundo (PINHEIRO, 2000, p. 308). Por mais anacrônico que possa parecer, essa dicotomia como elemento de avaliação das ações brasileiras no plano internacional sobreviveu à Guerra Fria e permanece a gerar polarizações, em pleno século XXI.

### **3. A política externa e a imprensa brasileira**

Entre as décadas de 1940 e 1960, a população urbana brasileira cresceu consideravelmente, ampliando o mercado potencial para o jornalismo impresso no país. A imprensa foi adquirindo relevância e peso junto à sociedade e à “opinião pública”, cujo real significado tem sido alvo de debates e múltiplas interpretações. Sabemos que o conceito de “opinião pública” não é sinônimo da “opinião publicada”, mas trabalhamos nesse artigo com a percepção de que esse conceito se constitui em uma das forças profundas na análise das relações internacionais (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967).<sup>1</sup> Cabe também evidenciar que entendemos a imprensa enquanto um veículo que “tanto espelha, quanto induz a formação de opiniões e tendências” (MANZUR, 2009, p. 30).

A relação entre a opinião pública e a política externa brasileira no período que corresponde ao Governo João Goulart também foi analisada sob um outro prisma, não tendo a imprensa como foco central, em um artigo de autoria dos professores do Instituto de Relações Internacionais da USP, Loureiro, Schor e Guimarães (2015). Em pesquisa junto à documentos recentemente desclassificados em arquivos norte-americanos, eles avaliaram as pesquisas de opinião que, fomentadas pela Agência de Informação norte-americana (USIA), foram realizadas

---

<sup>1</sup> O conceito de opinião pública que embasa a pesquisa é o mesmo utilizado por Tania Manzur: “opinião pública é o conjunto de diferentes correntes de pensamento expressas em uma localidade, em determinado período, acerca de uma ou mais temáticas, correntes essas que revelam percepções, visões de mundo, conceitos e preconceitos, ideias e ideologias. Para ser opinião pública, ela deve ter vindo a público, ou ter sido publicada, na medida em que não se pode aferir opiniões não reveladas” (2009, p. 29).



junto à sociedade brasileira pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INESE). Os questionários aplicados à população versavam sobre aspectos gerais da política interna do Governo de Jango, especialmente no que tange às reformas de base, mas também traziam questões relacionadas à política externa. Os autores do referido artigo identificaram que havia, dentre a população brasileira, grande simpatia aos EUA, e que as referências positivas à imagem desse país não impediram que parcela significativa dos entrevistados defendessem a autonomia como princípio da política internacional do Brasil (LOUREIRO et al, 2015).

A simbiose entre a imprensa escrita e os rumos políticos do país constitui-se em um traço importante da história brasileira. Portadores de uma retórica liberal e antiesquerdista, os periódicos nacionais de maior projeção influenciaram diretamente na manutenção ou derrubada de governos. Se o mote que unia o discurso crítico na década de 1950 era o combate à corrupção, episódio evidenciado na crise de 1954, na década seguinte a imprensa contribuiu para opor a “democracia” ao “comunismo” (BARBOSA, 2007, p. 181). Mesmo projetando uma pseudo objetividade em sua forma de divulgar as informações, os jornais se constituíram em uma força política considerável no cenário nacional.

Os periódicos não apresentaram interesse permanente pelos temas de política externa, sendo esporádicas as suas atenções nessa esfera. Especialmente em momentos históricos nos quais as estratégias externas passaram por uma inflexão, houve maior interesse da imprensa sobre a questão. Os principais veículos de informação no país, por exemplo, marcaram suas posições e opinaram sobre qual deveria ser o papel do Brasil nas duas guerras mundiais, mas tal interesse foi momentâneo e se justificou pelo impacto desses eventos na vida política e econômica do país.

As explicações para o desinteresse da imprensa pelas estratégias de inserção internacional não podem ser reduzidas a um único fator, mas o insulamento burocrático do Itamaraty é um elemento que deve ser levado em consideração. O monopólio virtual que o Itamaraty desfrutou na elaboração da política externa, na percepção de alguns acadêmicos, teria contribuído para uma incipiente discussão pública sobre suas metas e seu significado (FARIA, 2008). Pouco permeado pela





sociedade civil, o Ministério das Relações Exteriores conquistou autonomia para elaborar as estratégias de inserção do Brasil no mundo, especialmente a partir da gestão do seu proeminente chanceler, o Barão do Rio Branco (1902-1912). Outro fator explicativo para que a relação entre política externa e imprensa não tenha ganhado destaque ao longo da história, centra-se no “espírito de corpo” desse ministério, o que não permitiria que as divergências sobre os rumos da política externa ocorridas dentre a diplomacia chegassem ao conhecimento público. Mesmo quando a polarização de ideias permitiu que se aflorassem as divergências, o debate centrou-se nos políticos e na diplomacia, ficando os jornalistas à margem da discussão (CASARÕES, 2012, p. 211).

A partir da década de 1960, assuntos relativos à inserção internacional do Brasil foram conquistando mais atenção dos meios de comunicação. Isso porque houve uma clara identificação das intersecções entre interno e externo, e a constatação de que a PEI buscava se coadunar com os preceitos desenvolvimentistas defendidos internamente. Como em poucas vezes na história, as discussões sobre política externa romperam o círculo fechado, sendo pauta não apenas dos jornais, mas de amplos segmentos da sociedade. Com a PEI verificou-se o apogeu da participação popular na elaboração e controle da política externa (MANZUR, 2009, p. 65).

A política externa do Governo João Goulart e seu tratamento por parte da opinião pública receberam uma importante contribuição de Tânia Manzur que, a partir das discussões travadas no Congresso Nacional e nos principais veículos de imprensa escrita, analisou como a opinião pública abordou os assuntos referentes à PEI, identificando quatro principais correntes de pensamento: o liberal-associacionismo, o liberal-nacionalismo, o universal-independentismo e o radical-nacionalismo (2009, p. 17). Em linhas gerais, os dois primeiros grupos priorizavam as relações com o Ocidente, sendo que o primeiro valorizava o engajamento brasileiro na luta ideológica entre Leste e Oeste. Os liberal-nacionalistas também temiam o avanço do comunismo, mas mostravam-se crentes nas instituições democráticas. Os universal-independentistas apregoavam a universalização das relações econômicas e políticas do Brasil, enquanto que os radical-nacionalistas



denunciavam o imperialismo norte-americano, vendo com bom grado a aproximação do Brasil com os países socialistas (2009, p. 282-283).

A maior parte dos jornais manifestava-se a cada ato relacionado a uma postura neutra do Brasil no cenário internacional, promovendo intensa oposição à PEI. As discussões giravam em torno da viabilidade ou não de uma aliança preferencial com os Estados Unidos. Neste período, predominou o discurso anticomunista, tendo o governo de João Goulart que conviver com um jornalismo político marcado pelo recrudescimento da radicalização.

A imprensa já havia fomentado o processo de crise política responsável pelo trágico desfecho do segundo governo de Vargas. Os principais periódicos na década de 1950, salvo raras exceções, opunham-se ao projeto varguista, atacando o nacionalismo e a intervenção estatal na economia. Nem o modelo norte-americano de imprensa objetiva e comercial, que chegava ao país nessa época, foi capaz de alterar a relação intrínseca do jornalismo com o universo político (MARTINS, 2010, p. 28). A maioria dos jornais continuou a defender a “concepção missionária” de sua atividade, refletindo os interesses ideológicos de partidos políticos (ABREU, 2006, p. 109). No Rio de Janeiro, o embate ideológico pode ser exemplificado nas disputas acirradas entre *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, sendo o primeiro, um jornal a serviço do combate à herança getulista.

No Estado de São Paulo, a década de 1960 corresponde ao período de grande expansão da imprensa, tanto em termos quantitativos, quanto no que tange à modernização dos recursos utilizados na impressão. É fato que o jornal da família Mesquita reinava dentre os impressos paulistas, mas outros periódicos já apresentavam tiragens expressivas. Um dos jornais escolhidos para essa análise, a *Folha de São Paulo*, havia resultado da fusão, em 1960, das Folhas da Noite e da Manhã (PILAGALLO, 2012, p. 146). Os empresários Octavio Frias e Carlos Caldeira Filho adquiriram o periódico em 1962, aprofundando seu projeto de modernização. A *FSP* investiu maciçamente na ampliação de suas unidades impressoras. Segundo Capelato e Mota, um levantamento realizado pela *Price Waterhouse Peat e Co.*, no período de janeiro a abril de 1962, atestou que as médias diárias de circulação do jornal eram aos domingos de 132.274 exemplares (1980, p. 190).



Componente central da retórica da *FSP* era a ideia de que a sua objetividade e seu comprometimento com a verdade ajudariam o leitor a decifrar a realidade brasileira e o mundo. Esse jornal demonstrava um perfil menos conservador, se comparado com *OESP*. Quando do episódio de renúncia de Jânio Quadros, a *FSP* defendeu a posse de Goulart para resolver a crise, não aceitando a quebra da legalidade. Tal postura legalista também pode ser identificada em alguns editoriais e artigos que versavam sobre a política externa, como veremos.

*O Estado de S. Paulo* destacou-se como o principal formador de opinião das classes médias e das elites paulistas, obtendo projeção nacional. *O Estadão*, como é conhecido hoje, se norteou pelos princípios de um liberalismo conservador, sendo marcante sua influência na vida política do país. Surgiu, em 1875, com o nome de *Província de S. Paulo*, defendendo o abolicionismo e a proclamação da República. Assumindo a sua direção ao final do século XIX, Júlio de Mesquita alçou *OESP* ao papel de veículo de grande influência de comunicação do país (SODRÉ, 1999, p. 416). O teor combativo de seus editoriais, e a clareza de opinião a favor de um projeto liberal-conservador de poder, constituem-se na principal marca do jornal.

O elitismo e o autoritarismo presentes nos editoriais de *OESP* parecem antagonizar com o seu propalado liberalismo, porém, a especificidade do liberalismo brasileiro pode estar na sua capacidade de rejeitar e transigir com os princípios liberais clássicos (PEREIRA NETO, 1999, p. 14). Demonstrando uma visão muito peculiar de democracia, esse jornal mantinha seu entendimento da questão social como caso de polícia. A imprensa liberal - e nela se inclui *OESP* - para defender a classe a que representava, aceitou medidas repressivas e antiliberais no momento em que sentiu que a ordem social pudesse ser alterada (CAPELATO, 1989). Embora a análise de Capelato refira-se à primeira metade do século XX, e suas discussões girem em torno da relação do jornal com as elites do Estado mais rico do país entre as décadas de 1920 e 1940, o posicionamento de *OESP* na defesa da ordem permaneceu muito semelhante nas décadas posteriores.

Nos anos 50, apesar dos jornais terem procurado se adaptar ao crescimento de seu público, promovendo uma linguagem mais objetiva, *OESP* continuou a se destacar por textos prolixos e rebuscados, especialmente no que tange aos

editoriais. Já a *Folha*, na década de 1950 e no início dos anos 60, apesar de sua bandeira antipopulista, notabilizou-se pela defesa da legalidade, tendo respeitado os pleitos que elegeram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Sua postura com relação ao governo de João Goulart foi de conciliação entre os interesses das classes médias urbanas e das elites. A *FSP* tinha temor ao comunismo, mas admitia a necessidade de tomar medidas de caráter social, entendendo que, em sua posição de representar as classes dominantes, “melhor seria dar os anéis para não perder os dedos” (CAPELATO; MOTTA, 1980, p. 173).

#### **4. O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo e o combate à Política Externa Independente**

*OESP* e *FSP* foram porta-vozes de setores da sociedade avessos ao comunismo. No entanto, os dois jornais apresentam nuances distintas no que tange à avaliação da Política Externa Independente e de algumas de suas ações. Atacando a visão dos radical-nacionalistas e dos universal-independentistas, para utilizar as expressões de Manzur (2009), *OESP* apelava para um discurso maniqueísta e de um anticomunismo primário, que pouco refletia a complexidade de forças do jogo político. Já a *FSP* demonstrou, por várias vezes, uma postura de crítica mais amena às ações de política internacional efetivadas pelo Itamaraty.

Realizamos uma pesquisa para verificar o posicionamento dos jornais frente a episódios diversos da ação internacional do Brasil, tendo como marcos cronológicos o Governo Jânio Quadros e o Golpe civil-militar de 1964. Optamos por avaliar ações que consideramos propensas a despertar discussões junto à Grande Imprensa, quais sejam: a condecoração de Che Guevara (agosto de 1961); a participação do Brasil como Estado observador na I Conferência de Países Não Alinhados (setembro de 1961); o reatamento de relações com a URSS (novembro de 1961); a postura brasileira na Conferência de *Punta del Este* (janeiro de 1962); a visita de João Goulart aos EUA (abril de 1962); o discurso de Araújo Castro na abertura da Assembleia Geral da ONU (setembro de 1963) e a visita do General Tito ao Brasil (setembro de 1963). A metodologia consistiu em verificar os editoriais dos



10 dias posteriores a esses fatos e, a depender se os mesmos já se anunciavam junto à sociedade (como foram os casos do reatamento com a URSS e das expectativas geradas em torno do anúncio da visita de João Goulart aos EUA), de 10 dias que os antecederam. Obedecendo a esses critérios, contabilizamos 21 editoriais de *OESP* e 14 editoriais da *FSP* acerca dessas temáticas, totalizando 35 textos. Se adotarmos uma categorização de conteúdo desses editoriais, classificando-os como positivos, negativos ou neutros, à exemplo daquela realizada por Casarões em pesquisa sobre a forma como esses dois jornais abordaram a política externa dos Governos FHC e Lula (2012), podemos chegar a uma avaliação semelhante à desse autor: a maioria dos editoriais que abordou tais episódios apresentou avaliação negativa da política externa do governo em questão.

Dos 21 editoriais de *OESP* analisados, somente um pode ser considerado “neutro” no que tange à percepção sobre a condução da política exterior. Os demais atacaram a política externa lançada por Jânio, tendo como argumento principal o de que a mesma priorizava apoiar regimes comunistas. *OESP* apresentou verdadeira obsessão por Cuba e seu dirigente, Fidel Castro. Desses editoriais, que abordaram aspectos variados relacionados à PEI, 13 ensejaram críticas ao comunismo e à figura de Fidel. Vários editoriais que não tiveram como alvo a condecoração de Che Guevara ou a Conferência de *Punta del Este*, temas em que naturalmente a situação de Cuba passaria pelo crivo do jornal, enveredaram pela análise da situação desse país.

A *Folha de São Paulo*, embora também tivesse manifestado críticas à PEI, chegou a dar um voto de confiança à algumas de suas proposições. Dos 14 editoriais analisados, 04 manifestaram opiniões evidentemente negativas sobre a PEI e 10 podem ser considerados neutros ou apresentam teor mais ameno nas críticas à aspectos específicos da ação internacional brasileira. O editorial de 06 de abril de 1963, manifestou apoio à Goulart, elogiando os “bons frutos” que viriam da postura de “amistosa franqueza” com a qual o presidente havia se referido às necessidades de auxílio econômico ao Brasil em discurso proferido nos EUA.<sup>2</sup> Os editoriais em que as críticas foram evidentes são aqueles em que a ação

---

<sup>2</sup> “Bons frutos”. *Folha de São Paulo*, 06.04.1963, p. 4.



internacional brasileira foi analisada como facilitadora do crescimento do comunismo em âmbito doméstico.

Diante disso, optamos por centrar nossas atenções em três episódios: a condecoração de Che Guevara, o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e a postura do Brasil na VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da OEA, em *Punta del Este*. A avaliação dos referidos jornais acerca dessas ações nos oferecem um discurso anticomunista que evidencia uma das críticas centrais à Política Externa Independente, qual seja, a de que ela portava uma inclinação ideológica à esquerda.

Em 19 de agosto de 1961, Jânio Quadros realizou o gesto que se vinculou estreitamente a sua renúncia: a condecoração de Che Guevara. Jânio, que estivera em Cuba em março de 1960, já havia expressado certa simpatia pelo regime de Fidel Castro (FAUSTO, 2013, p. 374), mas a ousadia do ato de condecorar um líder revolucionário surpreendera o meio político, desencadeando a reação dos setores mais conservadores. As interpretações sobre o episódio são diversas, mas a mais recorrente é que o principal objetivo do presidente seria o de reforçar o caráter independente de sua política exterior, o que também pode ser entendido como um elemento de barganha face aos EUA (VIZENTINI, 2004, p.162).

Che Guevara, após participar da Conferência Econômica Interamericana de *Punta del Este*, fez escala em Brasília. A Conferência, realizada entre 5 e 17 de agosto, lançou a Aliança para o Progresso (ALPRO), que consistia no comprometimento dos EUA no auxílio financeiro e econômico para a América Latina. A ALPRO resultava de uma resposta à Revolução Cubana e, de certa forma, recuperava os princípios da Operação Pan Americana, ao associar subversão ao subdesenvolvimento. Segundo Loureiro, a administração Kennedy (1961-1963) admitiu que a situação da América Latina não se alteraria somente com investimentos privados externos e que era necessário garantir financiamento de longo prazo para projetos essenciais ao desenvolvimento. Acreditava-se que a Aliança para o Progresso fomentaria o crescimento econômico e faria a região ficar longe do comunismo (2012, p. 153).



Durante a Conferência, como ministro da Indústria do governo de Fidel Castro, o revolucionário argentino pautou sua participação na crítica ao reformismo contrarrevolucionário defendido pelos EUA. Ao chegar à Brasília foi recebido por Jânio Quadros, que o condecorou com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta honraria oferecida pelo governo brasileiro a estrangeiros. O encontro durou menos de uma hora, tendo Guevara reforçado que a visita ao Brasil se dava em sinal de agradecimento à atuação da delegação brasileira a favor de Cuba na Conferência de *Punta del Este*. A condecoração foi um gesto teatral e inesperado, de inspiração do próprio presidente Jânio, sem o conhecimento e a anuência de seu chanceler, Afonso Arinos (BEZERRA, 2012, p. 124).

O episódio desencadeou o agravamento das discordâncias políticas e da crise que distanciou a UDN do presidente brasileiro. Carlos Lacerda representava os que viam no gesto da condecoração um motivo para pedir a derrubada de Jânio. O “demolidor de presidentes”, como ficara conhecido, personificou o golpismo ao apelar aos militares nos momentos em que o jogo democrático privilegiou seus opositores (MENDONÇA, 2002). *OESP* elogiava Lacerda ao considerá-lo portador de uma “folha de serviços à democracia brasileira” e um dos “líderes incontestes da política nacional”.<sup>3</sup>

Fotos do encontro cordial entre Jânio Quadros e Che Guevara estamparam as manchetes dos principais jornais e revistas do país. A *FSP* criticou duramente aquele gesto, entendido como provocação aos cristãos brasileiros:

Mas é pontualmente indesculpável a concessão do Cruzeiro do Sul a “Che” Guevara. Nenhum relevante serviço ao país prestou o ministro cubano (...). Sua condição de ministro do regime de Fidel Castro não esconde a verdade de quem é um agitador internacional, um comunista declarado, divorciado, portanto, dos ideais cristãos e pacifistas do povo brasileiro. Condecorá-lo é, literalmente, um acinte.<sup>4</sup>

O *Estado de S. Paulo* foi na mesma direção, avaliando a condecoração como um ato ofensivo aos valores do bloco ocidental e uma “carta branca” aos comunistas e nacionalistas. Estes, por sua vez, aplaudiram o gesto corajoso e inesperado de Jânio Quadros. Condecorar um revolucionário, na concepção dos dirigentes do jornal, provava a permissividade governamental para com as

---

<sup>3</sup> “Ainda é tempo”. *O Estado de S. Paulo*, 22.08.1961, p. 3.

<sup>4</sup> “A Gota D’água”. *Folha de S. Paulo*, 22.08.1961, p. 4.



atividades subversivas no país. Sugerindo a necessidade de intervenção militar para garantir a ordem, assim se pronunciava o editorial de *OESP*, no dia seguinte à condecoração:

Porque só a outro Deodoro ou a outro Floriano caberá a missão de evitar que um levante no Nordeste ou alhures, enquadrado por organizações comunistas, em franca atividade no País, reedite no nosso território a façanha de Fidel Castro nas montanhas de Cuba.<sup>5</sup>

A repercussão negativa do caso movimentou Brasília e evidenciou o descontentamento de parte da bancada de oposição com a Política Externa Independente. *OESP* se manteve firme no propósito de atacar as diretrizes da PEI, criticando o chanceler Afonso Arinos por defender as relações comerciais com os países do bloco socialista, e por aguardar a visita do líder iugoslavo, Marechal Tito, ao Brasil. O editorial de *OESP*, cujo fragmento transcrevemos acima, fazia questão de salientar que o povo brasileiro tinha conhecimento de que o convidado era um ditador comunista. Citando Rui Barbosa e seus pronunciamentos sobre o caráter criminoso da postura neutra em outros momentos históricos, o jornal criticava outro fundamento da política externa: a neutralidade frente à disputa dos blocos antagônicos no sistema internacional.<sup>6</sup>

Nuances das críticas à PEI podem ser identificadas dentre a imprensa brasileira nos dias que se seguiram à condecoração de Che Guevara. *O Diário da Noite*, pertencente ao conglomerado de Assis Chateaubriand, considerava pertinente a visita do General Tito ao Brasil. A inimizade entre Júlio de Mesquita e Chateaubriand era de conhecimento público e o segundo não perdia a oportunidade de espezinhar o proprietário de *OESP*. Quando a visita do General Tito ao Brasil efetivamente ocorreu, poucos meses antes do golpe de 1964, o dono dos Diários Associados ridicularizou Mesquita “por ter se somado às vozes conservadoras, como a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo” (PILAGALLO, 2012, p. 159). Os editoriais de *OESP*, na defesa veemente que faziam da aproximação brasileira à órbita norte-americana, desconsideraram o fato de que o General Tito era um dissidente da política soviética, e que sua visita em nada se relacionava ao fortalecimento dos comunistas no país. Percepções distintas de um mesmo episódio,

---

<sup>5</sup> “Diplomacia?”. *O Estado de S. Paulo*, 20.08.1961, p. 3.

<sup>6</sup> Idem.





no entanto, não impediram que os dois magnatas dos meios de comunicação fizessem as pazes e combatessem no mesmo lado, quando optaram por apoiar o golpe civil-militar de 1964.

O anticomunismo apresentava-se como inerente ao discurso político dos referidos jornais, e no caso de *OESP*, tal postura pode ser identificada muito antes da Guerra Fria. Apesar de antigetulista, *OESP* coadunou com o Estado Novo (1937-1945) no que se refere ao combate às ideias comunistas. Isso fica evidente na forma como divulgou as notícias relativas à Guerra Civil Espanhola (1936-1939), contribuindo para a elaboração de mitos políticos e deturpando a imagem dos republicanos espanhóis junto à sociedade brasileira (NEGRÃO, 2005).

À frente do Itamaraty entre setembro de 1961 e junho de 1962, durante a fase parlamentarista do governo de Jango, San Tiago Dantas aprofundou as diretrizes da PEI, realizando uma gestão que deixou profundas marcas na diplomacia brasileira. Ícone da corrente de pensamento intitulada por Manzur (2009) como universal-independentista, que pregava a pluralidade e o distanciamento brasileiro dos dois blocos ideológicos antagônicos, Dantas não acreditava que houvesse condições para o Brasil aderir ao comunismo. A ação brasileira no sistema internacional deveria se orientar pela defesa do interesse nacional, entendido como inerente à busca pelo desenvolvimento e pela superação da pobreza. O chanceler brasileiro demonstrava ter grande conhecimento intelectual dos conceitos de política internacional, apresentando vontade política de implementar os princípios da PEI.

Em novembro de 1961, o reatamento das relações diplomáticas com a URSS acirrou os debates junto à imprensa. A atitude não era intempestiva, mas fruto de uma concepção de política externa que já vinha sendo debatida pela diplomacia desde o Governo Juscelino Kubitschek. A justificativa de Dantas, a quem coube dar o polêmico passo - após o rompimento realizado em 1947 - se respaldava na necessidade de universalizar a política e diversificar a pauta comercial do país. Em exposição ao Congresso Nacional, a quem devia maiores explicações dada à dinâmica do sistema parlamentarista, o chanceler alegou que o reatamento com a URSS se constituía na incorporação do Brasil ao rol dos 71 países que mantinham



relação com aquele país, dentre os quais muitas nações desenvolvidas e democráticas (VIZENTINI, 2004, p. 177).

Os argumentos de Dantas atacavam duas dimensões da inserção internacional brasileira: a política e a econômica. Nessa última esfera a alegação era a de que o comércio internacional do bloco soviético era o que mais crescia naquele momento, e que havia vantagens concretas para o Brasil nessa aproximação. O argumento político, que abria espaço conceitual para o econômico, enfatizava a necessidade de convivência entre os opostos (FONSECA, 2014, p. 992). Havia a convicção de que, no espectro ideológico, o Brasil estava ao lado dos que melhor representavam suas raízes históricas e culturais de vinculação ao Ocidente.

Apesar de oferecer detalhadas e longas explicações sobre a decisão de reatamento com a URSS, Dantas enfrentou duras reações, que rapidamente ganharam espaço na imprensa. *O Estado de S. Paulo* insistia no caráter perigoso desse gesto, tomando-o como incentivador das atividades comunistas no Brasil, e como um feito que não contava com a aprovação da sociedade:

O Brasil, ficou provado, não é o que pretende dele fazer a corte dos comunistas e dos desajustados mentais. O Brasil é fundamentalmente cristão e democrático e tem demonstrado a saciedade o que pensa a respeito dos que se arrogam a pretensão de ser os seus verdadeiros intérpretes.<sup>7</sup>

O jornal defendia que a aproximação com o Brasil servia aos propósitos soviéticos de se utilizar de todas as estratégias, inclusive as de apelo econômico, para minar as bases do ocidentalismo e das democracias. Declarava a inutilidade das relações econômicas com o bloco socialista para os interesses comerciais brasileiros, alertando para os prejuízos espirituais e morais que tal aproximação acarretaria. O alerta tinha como base o fato dos soviéticos aproveitarem a conjuntura para promover uma imagem positiva de seu país. No Rio de Janeiro, foram organizadas mostras de cultura e filmes e preparada uma Exposição Soviética para divulgar as realizações técnicas e econômicas da potência socialista (MOTA, 2007, p. 209).

---

<sup>7</sup> "O Brasil e a Rússia bolchevista". *O Estado de S. Paulo*, 25.11.1961, p. 3.



A *FSP* teve um posicionamento distinto, demonstrando simpatias aos argumentos de Dantas, que associavam o reatamento com a necessidade de ampliar o mercado externo, condição básica para o desenvolvimento nacional. O jornal reconhecia o caráter pragmático da PEI e chancelava as afirmações do primeiro ministro, Tancredo Neves, sobre a negação do Brasil em fazer concessões à ideologia e à política da URSS. Longe de esboçar qualquer simpatia à URSS, o jornal concordava com o Itamaraty sobre as relações diplomáticas com o Leste se constituírem em uma imposição da projeção do Brasil no plano mundial.

No editorial de 26 de novembro de 1961, a *FSP* reiterou sua aversão ao comunismo e não criticou, como a maior parte da Grande Imprensa fez, o fato do reatamento das relações com a URSS ocorrer na mesma semana em que se comemoravam os soldados mortos na Intentona de 1935:

O restabelecimento de convivência diplomática faz-se sob o signo de profundo ressentimento contra os comunistas, por parte de expressivas correntes da opinião pública. Mas a coincidência tem lá alguma utilidade. Enseja àqueles como este jornal, que apoiam o reatamento, a oportunidade de manifestar a mais severa aversão pela brutalidade da ação política soviética. Uma coisa não deve ser confundida com a outra. O reatamento é necessário porque a URSS se tornou a segunda potência do mundo. E nenhum país, que aspire a ser efetivamente importante, pode esquivar-se de relações diplomáticas e comerciais com as nações poderosas. O trato com ela será penosíssimo porque seus escritórios farão aqui o que fazem em toda a parte: desbragada espionagem, insidiosa propaganda, perigoso aliciamento de adeptos. Não tenhamos nenhuma ilusão sobre esses perigos. Crescerão terrivelmente, mas temê-lo em vez de enfrentá-los será timidez ou fraqueza absolutamente incompatível com a vontade de proteger o Brasil.<sup>8</sup>

Menos de dois meses após cobrirem esse tema de política externa, *OESP* e *FSP* deram amplo destaque a outro momento relevante da PEI: o posicionamento brasileiro na Organização dos Estados Americanos frente à questão cubana. Em janeiro de 1962, a cidade uruguaia de *Punta del Este* sediou a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, convocada sob pressão dos EUA, e tendo como objetivo oficial analisar ameaças à paz e à independência política dos países americanos. As relações diplomáticas entre Cuba e os EUA já haviam sido rompidas em janeiro de 1961, e a derrota da ação na Baía dos Porcos colocou o Governo Kennedy em estado de alerta. A declaração de Fidel Castro sobre o caráter

---

<sup>8</sup> “23 e 27 de novembro”. *Folha de S. Paulo*, 26.11.1961, p. 4.



socialista da revolução levou os EUA e alguns países latino-americanos - dos quais se destacou a Colômbia - a temerem que processos revolucionários na América se tornassem viáveis graças à ajuda de Cuba.

Durante a Conferência de *Punta del Este* ficou evidente que a intenção dos EUA era aprovar drásticas sanções à Cuba. A percepção, tanto da direita quanto da esquerda latino-americana, era a de que a questão cubana na OEA poderia moldar as relações hemisféricas. A reunião ensejou a discussão de temas mais amplos, tais como o das relações dos Estados Unidos com a América Latina, e a solidariedade pan-americana.

Liderando um grupo de “conciliadores”, o Brasil foi condizente com os princípios de autodeterminação, lançando o projeto que ficou conhecido como o da “finlandização de Cuba”. Por essa proposta a ilha se transformaria num Estado neutro, comprometendo-se a cumprir um tratado de obrigações negativas. Em uma exposição em defesa do Direito Internacional, a delegação brasileira opôs-se frontalmente aos EUA, ressaltando a inoperância e a ilegalidade de sanções que poderiam consolidar a influência soviética na ilha chefiada por Fidel Castro (FRANCHINI NETO, 2005). San Tiago Dantas assim se pronunciava acerca das pretensões norte-americanas sobre Cuba:

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do governo do Brasil. Fórmulas evasivas, insinceras, que pedem o que previamente já se sabe que terá de ser desatendido ou recusado, também não contam com a nossa simpatia.<sup>9</sup>

Dantas centrava a sua argumentação no Direito Internacional, defendendo que a função brasileira, naquele encontro, era a de mostrar que o clima de confronto inerente à Guerra Fria poderia ser substituído pela convivência pacífica entre os dois sistemas de poder. O chanceler não negava o caráter autoritário do regime que se instalara em Cuba, mas frisava que a exclusão do país do sistema interamericano em nada auxiliava a causa democrática no continente. Mais complexos que os defendidos quando do reatamento com a URSS, os argumentos diplomáticos

---

<sup>9</sup> Alocução do ministro San Tiago Dantas aos chefes de missão dos Estados Americanos apud FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*, vol. 1. Brasília, FUNAG, 2007, p. 263.

brasileiros na questão cubana resultavam de princípios jurídicos (FONSECA, 2014, p. 1020).

A imprensa brasileira acompanhou com incomum interesse o que se discutia e deliberava em *Punta del Este*. *OESP* informava com grande destaque todos os passos da delegação do Brasil, defendendo o posicionamento norte-americano, e criticando duramente a postura liderada por San Tiago Dantas. *OESP* deu ampla cobertura à repercussão das decisões da reunião no Brasil. Dias antes do início da Conferência o jornal já criticava as declarações de San Tiago Dantas acerca da orientação que nortearia a postura brasileira em *Punta del Este*. De 17 a 28 de janeiro, 08 editoriais foram dedicados a essa temática. Podemos considerar um fato raro o jornal dedicar de forma recorrente as suas “Notas e Informações” à um tema de política externa. Todos esses editoriais apresentavam de forma taxativa a ideia de que a linha de atuação brasileira era errônea, e que o mais adequado seria seguir um ponto de vista idêntico ao que na Conferência iria defender os EUA.<sup>10</sup> A quantidade de reportagens que o jornal publicou sobre a Conferência também é expressiva: de 01 de novembro a 31 de março de 1962 foram contabilizadas, por Ana Carolina Marson, 234 notícias sobre o evento (2016, p. 23).

Ruy Mesquita, da família proprietária de *OESP*, seguiu rumo ao Uruguai para cobrir a reunião como enviado especial. Assim se pronunciava sobre o grupo de conciliadores liderados pelo Brasil:

Esses países, e especialmente o Brasil, talvez tenham negligenciado uma importantíssima questão na evolução da situação cubana – o fidelismo está morto. Hoje, quem traça os rumos de Havana é o comunismo internacional, isto é, os planejadores da política externa da grande potência soviética.<sup>11</sup>

Ao insistir na influência do comunismo internacional sobre Cuba, Ruy Mesquita elogiava a postura norte-americana, entendendo-a como uma lição de “autodeterminação” e “não intervenção”. Com sentidos opostos, esses dois termos foram apropriados pelos grupos que divergiam sobre a melhor solução para o caso.

---

<sup>10</sup> Os editoriais de *OESP* que abordaram a Conferência de *Punta del Este* e a postura brasileira na mesma são: “A entrevista do chanceler” (17.01.1962); “Atitude que não se justifica” (18.01.1962); “A autodeterminação do PTB” (18.01.1962); “O manifesto dos chanceleres” (19.01.1962); “Cadeia de contradições” (20.01.1962); “Cuba em face do Direito Internacional” (21.01.1962); “Em defesa da solidariedade americana” (24.01.1962); “O Itamarati em Punta del Este” (26.01.1962).

<sup>11</sup> “O ocidente não pode ser derrotado na frente sul-americana da Guerra Fria”. *O Estado de S. Paulo*, 24.01.1962, p. 1.

A alegação de que as forças de esquerda provinham de interesses exógenos ao país foi adquirindo cada vez mais força junto à Grande Imprensa, constituindo-se em fator central na arregimentação das classes médias brasileiras em torno da defesa do golpe de 1964.

A atuação do Brasil em *Punta del Este* recebeu duras críticas da *FSP*. A aversão à experiência cubana não permitiu um posicionamento distinto daquele tomado por *OESP*. Ambos entendiam a postura brasileira como omissão face aos perigos do comunismo internacional. A *Folha* defendia a expulsão de Cuba da OEA, mas alertava para a necessidade de evitar uma intervenção armada na ilha.<sup>12</sup>

Em editorial de 26 de janeiro, *OESP* apresentou uma síntese da argumentação presente nos editoriais anteriores. Uma afirmação recorrente era a de que a insistência brasileira em não alterar sua postura se constituía em uma estratégia para angariar o apoio da extrema esquerda internamente, visando interesses eleitorais. As críticas ao Itamaraty incidiam sobre a suposta transformação de uma política de Estado em uma política de teor ideológico. Segundo *OESP*, o Itamaraty, naquele episódio, tinha conspurcado uma de suas tradições mais caras: a de realizar uma política acima dos interesses partidários:

O que no passado distinguira a política do Itamaraty, tornando-a um exemplo de clarividência e bom senso, fora justamente o perceber a inutilidade de todo o esforço tendente a contrariar a linha traçada pelo destino histórico das nações americanas no processo evolutivo da política continental. Os estadistas que fizeram a grandeza da diplomacia brasileira no passado sabiam perfeitamente – como ainda anteontem o frisou em Punta del Este o chanceler chileno – que, em primeiro lugar, está a defesa da democracia representativa, em segundo a garantia internacional da defesa dos direitos humanos, e só respeitando estes direitos poderá o princípio da não intervenção ter força moral necessária para se impor. Mas se essa concepção, elevada e humana, de nossa política exterior, pode, durante mais de um século, obter os êxitos que todos conhecemos, foi porque era um axioma da política brasileira manter o Itamaraty imune às injunções de politiquice doméstica. A Casa de Rio Branco era terreno respeitado, onde nunca lograva penetrar a política rasteira dos partidos. Hoje, pelo contrário, o que se vê é um governo constituído por elementos de partidos fragorosamente derrotados nas últimas eleições subordinar a tese que defende em congresso internacional às conveniências dos seus membros no futuro pleito eleitoral. Não é o prestígio, nem a segurança nacional que o Sr. San Thiago Dantas tem em vista quando procura insistentemente solidarizar-nos com a aventura castrista; o que preocupa v. exa. É o que possa pensar de sua atitude em Punta del Este o eleitorado que obedece a liderança da corrente comuno-nacionalista.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> “A unidade do continente”. *Folha de S. Paulo*, 28.01.1962, p. 4.

<sup>13</sup> “O Itamaraty em Punta del Este”. *O Estado de S. Paulo*, 26.01.1961, p. 3.



Ao longo de décadas, a ideia de que a “Casa de Rio Branco” se constituía em uma burocracia imparcial permeou o imaginário político do país. Em vários momentos da história, especialmente naqueles em que se efetivaram ações voltadas à busca pela universalização das ações externas do Brasil, houve acusações acerca do abandono de uma política “neutra” por parte do Itamaraty. San Tiago Dantas foi acusado de estar comprometido com grupos internos, cujo apoio não poderia perder. As referências à corrente “comuno-nacionalista” evidenciam a tendência ao maniqueísmo e à polarização política, que predominaram no período. A ideia de vincular o perigo comunista ao nacionalismo pode ser identificada no posicionamento do jornal em outros episódios, como no de contestação ao monopólio da União sobre a exploração do Petróleo, e naqueles que colocaram em xeque a capacidade do Estado de gerir a política econômica. Para os partidários do liberalismo econômico, de quem *OESP* constituiu-se em porta-voz fervoroso, o nacionalismo daria margem à infiltração comunista.

O exemplo cubano mostrava, na percepção de parte das elites brasileiras, que o nacionalismo poderia acobertar o viés comunista de um projeto de governo. O fato de Fidel Castro ter reconhecido a adesão ao marxismo-leninismo somente em 1961, após a tentativa de invasão da Baía dos Porcos, era evidenciado como exemplo do que poderia ocorrer no Brasil, caso não se combatesse o teor nacionalista de intenções “subversivas” à ordem. O anticomunismo, dessa forma, contagiava as classes médias, constituindo-se em “verdadeira histeria” (FICO, 2014, p. 69).

Nos últimos dias da conferência, Ruy Mesquita realizou críticas exacerbadas a San Tiago Dantas, a quem acusava de minar o prestígio brasileiro diante da opinião pública continental.<sup>14</sup> O Brasil não votou pela expulsão de Cuba da OEA, mas aceitou sua retirada do Conselho Interamericano de Defesa.

Ao final da Conferência, Cuba foi expulsa da OEA, decisão motivada claramente pela natureza política e ideológica de seu regime. A base de sustentação jurídica dessa definição era discutível, uma vez que, como insistira a delegação

---

<sup>14</sup> “A realidade e as palavras”. *O Estado de S. Paulo*, 30.01.1962, p. 1.

brasileira, a Carta da Organização não previa a expulsão de seus Estados-membros (ÁVILA, 2011, p. 65).

As atenções dedicadas à Conferência não impediram que *OESP* permanecesse investindo contra as ações do Governo Jango no plano interno. No dia 29 de janeiro de 1962, o editorial centrou-se nas Ligas Camponesas e na alegada “permissividade” nas ocupações de terras. As Ligas, segundo Moniz Bandeira, resultavam, desde o final da década de 1950, da expansão capitalista que desintegrava a economia rural, provocando o desemprego e a fome nos campos (2010, p. 163). Na concepção das elites e de parte das classes médias elas se constituíam em fator de desestabilização da ordem no país.

A imprensa passou a dar cada vez mais destaque à figura do presidente João Goulart. É também na análise da capacidade de Jango em lidar com os campos político-ideológicos antagônicos que os dois jornais, aqui ressaltados, se distanciam. A *FSP*, ao contrário de *OESP*, depositava expectativas positivas no presidente, defendendo o seu perfil de conciliador. As discussões sobre as reformas de base, especialmente a agrária, mobilizaram a opinião pública e, para a *FSP*, Jango se constituía em contraponto às tendências que apregoavam uma solução “extremista” para o problema agrário no país. Em editorial intitulado “Contra a demagogia na reforma agrária” o jornal deu um voto de confiança à Goulart, tecendo severas críticas ao seu cunhado, Leonel Brizola, acusado de manter uma postura radical frente à questão.<sup>15</sup>

*OESP*, ao contrário, sempre considerou Jango um perigoso elemento à mercê das deliberações dos comunistas. O jornal auxiliou na construção e difusão da imagem de um presidente frágil, refém dos movimentos sociais liderados por Brizola. O jornal da família Mesquita via com desconfiança a associação de Jango com os interesses das massas, interpretando-o como um político incapaz, herdeiro de seu inimigo histórico, Getúlio Vargas. Um liberalismo restrito aos “bacharéis paulistas” (BENEVIDES, 1981) se evidenciava e dava reforço a algumas posições presentes na retórica udenista, como a de que o discurso governamental em defesa dos interesses do povo escondia os ideais comunistas e “subversivos”.

---

<sup>15</sup> “Contra a demagogia na reforma agrária”. *Folha de S. Paulo*, 25.01.1962, p. 4.





Em 1963, especialmente após o retorno do regime presidencialista, as diferentes nuances de opiniões com relação à figura de João Goulart foram substituídas por um discurso homogêneo, que enfatizava a sua fraqueza e incompetência. No ano seguinte, os jornais demonstraram coesão na avaliação de que o país caminhava para o comunismo e passaram a propor a quebra da legalidade constitucional como forma de “defender” a democracia. Os anticomunistas exploraram a dicotomia comunismo x democracia, projetando-a também na compreensão da política externa, já que o alinhamento com os EUA era visto como necessário para reforçar os valores supostamente democráticos do bloco ocidental (MOTA, 2000, p. 63).

## 5. Considerações Finais

Os episódios específicos da PEI aqui analisados demonstram que o temor ao comunismo foi elemento central no posicionamento de *OESP* e *FSP* frente à política externa. A PEI acirrou as discussões da imprensa sobre o papel do Brasil no mundo, especialmente nos momentos em que San Tiago Dantas teve que se posicionar e defender a postura brasileira nos episódios de reatamento de relações com a URSS e de defesa da não expulsão de Cuba da OEA. Ambos os casos exigiram de Dantas intenso trabalho de argumentação intelectual e diplomática.

*OESP* realizou uma campanha para convencer seus leitores que a forma de inserção internacional que o país buscava gerava ameaças de “subversão da ordem”. Seus dirigentes, defensores de um liberalismo excludente, não aceitavam a adequação da política externa à um projeto de desenvolvimento interno que passasse pela superação das injustiças sociais. Esse jornal aglutinou a fala de setores políticos que desconsideravam o teor pragmático e autônomo da PEI, valores inerentes à ação internacional brasileira desde o Barão do Rio Branco. *OESP* supervalorizava os enquadramentos da Guerra Fria e defendia que a PEI poderia levar ao enfraquecimento dos vínculos com os EUA. Dessa forma, uma atuação externa pensada a partir de parâmetros mais altivos era entendida como perigosa, e como um modelo a ser combatido.



A *FSP*, quando do reatamento com a URSS, deixou evidente que apoiava a medida e os argumentos de Dantas para justificá-la. Seu posicionamento frente à PEI, se comparado ao de *OESP*, foi menos conservador, tendo as críticas se efetivado esporadicamente, especialmente quando as ações do Itamaraty convergiram para a defesa de valores e personalidades associados ao mundo socialista. Cumpre assinalar que a postura desses jornais frente à PEI obedeceu a uma lógica e a um perfil ideológico que se estenderam por décadas, e que podem ser verificados nos anos iniciais do século XXI. Guilherme Casarões analisou a postura dos dois jornais frente à política externa do Governo Lula, concluindo que o *Estadão* foi mais incisivo nas críticas, expandindo sua reprovação a todos os aspectos que envolveram a inserção internacional brasileira, tendo a *Folha* apresentado suas críticas focadas especialmente na diplomacia presidencial de Lula e, por vezes, elogiado os objetivos e as estratégias brasileiras na área (2012, p. 231).

Dos três episódios da PEI avaliados, dois estão intimamente relacionados à postura brasileira diante de Cuba. As posições de *OESP* e *FSP* confluem quando se referem ao comportamento brasileiro frente ao país governado por Fidel Castro. Para os anticomunistas latino-americanos a ilha era considerada um exemplo muito mais perigoso e próximo do que a URSS. Essa potência do campo socialista teve, a partir da década de 1960, sua imagem alterada aos olhos da direita na América Latina. O país que era visto como exportador da revolução no início do século XX foi se apresentando como parceiro comercial da região (BRANDS, 2010). Ao avaliar como positivo o significado pragmático do reatamento das relações diplomáticas com a URSS, a *FSP* corroborou com essa percepção.

A postura do Brasil na Conferência de *Punta del Este* foi o evento de política externa que mais despertou as atenções da imprensa durante o Governo João Goulart. A divergência brasileira com o grupo liderado pelos EUA durante o evento recebeu duras críticas dos dois jornais aqui analisados, pois foi entendida como um elemento que reforçava o comunismo no continente.

A Revolução Cubana contribuiu sobremaneira para radicalizar o discurso daqueles que viam com maus olhos a defesa que o Itamaraty fazia, desde a década



de 1950, de uma política externa mais autônoma e menos dependente dos EUA. O exemplo cubano exercia fascínio sobre as esquerdas, e profundo medo sobre o espectro político de direita, constituindo-se num modelo a ser seguido ou combatido.

Na década de 1960, a profusão do discurso anticomunista se constituiu em marca identitária de *OESP* e *FSP*, embora o primeiro tenha se destacado pelo caráter virulento de suas considerações. Em 1964, baseados no “perigo vermelho”, ambos defenderam a intervenção militar como forma de praticar uma profilaxia no país, sendo protagonistas de um movimento do qual, pouco depois, foram vítimas. A censura, aliás, é outro fator de suma importância na compreensão da íntima interação entre a política nacional e a imprensa.

## 6. Referências

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.107-128.

ÁVILA, Carlos Federico Dominguez. A Conferência de Punta del Este cinquenta anos depois: um estudo da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Américas (1962). *Carta Internacional*, vol. 6, n. 1, p. 53-66, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (Brasil 1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o Udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Da Revolução ao Reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986)*. Brasília: FUNAG, 2012.

BRANDS, Hal. *Latin America's Cold War*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.



CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, vol. 1, n. 2, p. 211-236, 2012.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2011.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas (org). *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília: FUNAG, 2007.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, n. 2, p. 311-355, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2013.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano, vol.3: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 343-404.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FONSECA, Gelson. Francisco Clementino San Tiago Dantas: o conflito Leste-Oeste e os limites do argumento racional. In: FUNAG. *Pensamento Diplomático Brasileiro, vol. 3: formuladores e agentes de política externa (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 985-1028.

FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*, vol. 1. Brasília: FUNAG, 2007.

FRANQUINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n. 2, p. 129-151, 2005.

LOUREIRO, Felipe Pereira et all. Public opinion and foreign policy in João Goulart's Brazil (1961-1964): coherence between national and foreign policy perceptions? *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 58, n. 2, p. 98-118, 2015.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2012.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e política exterior do Brasil (1961-1964)*. Curitiba: Juruá, 2009.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.



MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano, vol. 3: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 97-126.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa “liberal” da capital federal (RJ) e a política econômica do segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

MARSON, Ana Carolina de Araujo. *Opinião pública e política externa brasileira: a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2012.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil. Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. *Histórica – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 31, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. *Loccus, Revista de História*, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

\_\_\_\_\_. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.129-148.

NAPOLITANO, Marcos. *1964, História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e Incendiários: o discurso anticomunista e as notícias da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2005.

PEREIRA NETO, André de Faria. O Estado de S. Paulo e a deposição do Presidente Goulart (1964): um estudo sobre as peculiaridades do liberalismo no Brasil. *Revista de História Regional*, vol. 4, n. 2, p. 107-123, 1999.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista. Jornalismo e poder de D. Pedro a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, n. 2, p. 305-335, 2000.



RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

SARAIVA, Jose Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: UNB, 1996.

\_\_\_\_\_. Autonomia na inserção internacional do Brasil: um caminho histórico próprio. *Contexto Internacional*, vol. 36, n. 1, p. 9-41, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Ismara Izepe de. O resgate da discussão sobre o “congelamento do poder mundial” nos Governos Lula e Dilma (2003-2014). *Revista Conjuntura Austral*, vol. 5, n. 26, p. 67-80, 2014.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *A projeção internacional do Brasil (1930-2012)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WROBEL, Paulo S. Aspectos da Política Externa Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. *Estudos Históricos*, vol. 6, n. 12, p.191-209, 1996.

**Recebido em 22/08/2017.**

**Aprovado em 26/04/2018.**